

CFESS Manifesta

Dia Internacional das Mulheres

Brasília (DF), 8 de março de 2016

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada



MACHISTAS NÃO PASSARÃO!

8 DE MARÇO: EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES!

“

- Ela é tão livre que um dia será presa.
 - Presa por quê?
 - Por excesso de liberdade.
- Mas essa liberdade é inocente?
 - É. Até mesmo ingênua.
- Então por que a prisão? ”
- Porque a liberdade ofende.
(Clarice Lispector)

Vivemos tempos em que a liberdade das mulheres ofende e ameaça o patriarcado e os fundamentalismos que o sustentam. São tempos em que lutar por direitos é crime. Neste 8 de março de 2016, portanto, temos muito mais motivos para lutar e protestar do que para comemorar. A conjuntura brasileira aponta sérios retrocessos e desafios para a garantia e ampliação dos direitos das mulheres.

Desde a autocracia do regime burguês-militar, não vivenciamos um parlamento tão conservador. O Estatuto do Nascituro, que propõe criminalizar o aborto em todas as circunstâncias; o Estatuto da Família (projeto de lei nº 6.583/2013), que só legitima a família heterossexual e não reconhece as homoafetiva, e o projeto de lei nº 5.069/13, do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que impõe restrições ao aborto legal às vítimas de estupro, são alguns dos exemplos do conservadorismo e do fundamentalismo religioso que tem ferido diariamente o princípio da laicidade no Estado brasileiro. ►

Relaciona-se a esta ofensiva a histórica desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Os homens continuam ganhando cerca de 30% a mais que as mulheres. Segundo o Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza (2004), do Senado Federal, as mulheres ainda se encontram concentradas nas ocupações mais precárias (61%), 13% superior à proporção de homens nessa mesma situação (54%). Considerando a população negra, o percentual sobe para 65,3%, o que corresponde a 29% superior à proporção de brancos nessa mesma situação (50,4%). No caso das mulheres negras, essa proporção salta para 71%. Das mulheres negras, 41% se concentram nas ocupações mais precárias e desprotegidas do mercado de trabalho.

No campo da política, de acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea/2014), as mulheres representaram 51,9% dos eleitores, mas somente 13,4% de vereadores, 11% dos prefeitos, 14,8% dos senadores, 7,4% dos governadores, 8,7% dos deputados federais e 12,8% dos estaduais.

Os dados da violência contra a mulher no Brasil também sinalizam a dimensão dos nossos desafios e comprovam a persistência do patriarcado no país, além de atestarem a ausência de políticas capazes de prevenir e enfrentar a violência. São cinco espancamentos a cada dois minutos (Fundação Perseu Abramo/2010); um estupro a cada 11 minutos (9º Anuário da Segurança Pública/2015); um feminicídio a cada 90 minutos (Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil, Ipea/2013); 179 relatos de agressão por dia (Balanço Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/jan-jun/2015) e 13 homicídios femininos por dia em 2013 (Mapa da Violência 2015/Flasco). Vale destacar que, para as mulheres negras, a taxa de homicídio é mais que o dobro, em relação às mulheres brancas. Para as jovens negras, por exemplo, a taxa de mortes violentas é de 11,5 por 100 mil habitantes, enquanto para as jovens brancas é de 4,6 (Datusus, de 2013).

Esses dados revelam como o patriarcado e o racismo teimam em se fazer presentes em nossa sociedade e têm encontrado terreno fértil na conjuntura conservadora e repleta de fundamentalismo religioso em que nos encontramos.

Contrariando a demanda por políticas públicas e garantia de direitos para as mulheres,

Diante da precarização das políticas sociais, da deterioração dos salários, do desemprego, da violência e das cotidianas ameaças de retrocessos para os direitos das mulheres, com destaque para os sexuais e reprodutivos, não nos resta outro caminho, a não ser o fortalecimento das lutas. Tais lutas vêm sendo empreendidas pelo movimento feminista em diversos espaços.

recentemente, tivemos a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir/PR), na reforma ministerial de setembro de 2015, o que afeta diretamente as mulheres negras e pobres do país.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe no campo do “desenvolvimento” do país, tem reforçado, com as grandes obras, a divisão sexual do trabalho (a empregabilidade é voltada para os homens), a exploração e a violência sexuais. Segundo dados da Plataforma Dhesca Brasil (2012), referente às obras da hidrelétrica de Belo Monte, entre 2010 e 2011, houve um aumento dos crimes sexuais em 18,75% nos 11 municípios impactados pelas obras. Em Altamira (PA), houve um aumento de 75%. Na construção da barragem em Porto Velho (RO), o número de homicídios dolosos cresceu 44% entre 2008 e 2010 e o número de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18% e o de estupros cresceu 208%, entre 2007 e 2010.

O programa social de maior destaque no Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF), também reforça a divisão sexual do trabalho, ao estabelecer condicionalidades sob a responsabilidade das mulheres. Há uma instrumentalização da mulher, para gestão da pobreza à moda neoliberal.

Em síntese, podemos afirmar que a política e o modelo de “desenvolvimento” adotados no país não consideram a dívida histórica que temos com as mulheres, especialmente com as negras.

Com o não enfrentamento ao neoliberalis-

mo e o progressivo desmonte das políticas sociais, há uma sobrecarga para as mulheres em relação ao trabalho doméstico não remunerado – não valorizado como trabalho e desprotegido pela previdência social. No capitalismo patriarcal, somos responsabilizadas em garantir a reprodução da força de trabalho ativa, em formação (as crianças) e pelos/as já descartados/as do mundo do trabalho (idosas/os e doentes). Essa sobrecarga é dificultada pela falta de políticas públicas e equipamentos sociais, como creches, hospitais, lavanderias e restaurantes públicos, centros de convivência para idosas/os e crianças, escolas em tempo integral etc.

Diante da precarização das políticas sociais, da deterioração dos salários, do desemprego, da violência e das cotidianas ameaças de retrocessos para os direitos das mulheres, com destaque para os sexuais e reprodutivos, não nos resta outro caminho, a não ser o fortalecimento das lutas. Tais lutas vêm sendo empreendidas pelo movimento feminista em diversos espaços. As camponesas não cessam na denúncia do agronegócio, da indústria do veneno e da expropriação das sementes. As ribeirinhas e indígenas resistem bravamente às hidrelétricas e barragens. As sem-terra enfrentam o latifúndio e ocupam terras. As negras estão em marcha contra o racismo; as lésbicas, bissexuais e trans pelo direito à diversidade. São mulheres organizadas em diferentes movimentos que não cansam de gritar: “Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres”; “Nossos corpos, nossas regras!”; “Tirem seus rosários dos nossos ovários!”; Por um mundo sem exploração, racismo, machismo e homofobia!

Nesta conjuntura, o Serviço Social brasileiro, correspondendo ao seu projeto ético-político, não abrirá mão da defesa intransigente dos direitos e da liberdade. Por isso, posicionamos em defesa da legalização do aborto, considerado como questão de saúde pública e como direito sexual e reprodutivo das mulheres; em defesa da laicidade do Estado e da diversidade humana; contra todas as expressões do racismo e do patriarcado e em defesa da radicalização da democracia, diante de todas as formas de hierarquias, desigualdades e discriminações. Como diria Clarice Lispector: “liberdade é pouco. O que queremos ainda não tem nome”.



Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRESIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRESIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)
CONSELHO FISCAL
 Juliana Iglesias Melim (ES)
 Daniela Neves (DF)
 Valéria Coelho (AL)

SUPLENTES
 Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
 Josiane Soares Santos (SE)
 Erlénia Sobral do Vale (CE)
 Lílian da Silva Gomes Melo (AM) - Licenciada
 Marlene Merisse (SP)
 Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
 Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
 Solange da Silva Moreira (RJ)
 Hirley Ruth Neves Sena (MS)

CFESS MANIFESTA
Dia Internacional das Mulheres
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
 Mirla Cisne - Assistente social e professora da UERN
Organização: Comissão de Comunicação
 Revisão: Diogo Adjuto
Diagramação e arte:
 Rafael Werkema